



A valorização profissional do Técnico em Edificações em tempos de mudança: o que a história nos ensina

Building Technician professional appreciation in changing times: what history can teach us

Danilo dos Santos Telechi¹

 <https://orcid.org/0000-0002-9598-0093>  <http://lattes.cnpq.br/3194128208393065>

Glaucius Décio Duarte²

 <https://orcid.org/0000-0001-7537-5817>  <http://lattes.cnpq.br/4587285424055696>

RESUMO

As mudanças que estão acontecendo no mundo do trabalho impactam em algumas carreiras profissionais na construção civil. No campo político, a criação do Conselho Federal dos Técnicos Industriais (CFT), em 2018, conferiu plena autonomia às carreiras técnicas de nível médio. As tecnologias disruptivas que se incorporam ao cenário atual podem modificar os papéis profissionais estabelecidos, bem como, reconfigurar os currículos de formação e os cursos. A mudança de Institucionalidade experimentada pela Rede Federal, em 2008, provoca uma reflexão sobre os rumos a seguir. Neste contexto de mudanças, refletiu-se sobre o papel da Escola na valorização das carreiras técnicas de nível médio, com foco no curso Técnico em Edificações. Neste artigo, como recorte da dissertação de mestrado em que se pesquisou essa temática, se apresenta a busca realizada na história do curso Técnico em Edificação do Câmpus Pelotas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense (IFSul). Nela, se procurou evidências de ações implementados que ajudavam na valorização da carreira técnica entre os estudantes da época. A partir das evidências documentais encontradas, pode-se fazer uma reflexão sobre possíveis linhas de ação para a instituição escolar (pontos-chaves), dadas as mudanças apontadas, na perspectiva de propor a construção de um discurso de valorização e maior autonomia do profissional técnico em Edificações. Os pontos-chaves apresentados neste estudo, conforme evidências documentais, foram, no campo político, o resgate do “orgulho pela arte de construir” e o protagonismo Institucional no campo profissional. No campo tecnológico, a atualização técnica de docentes e estudantes, e no campo Institucional, a formação de parcerias com empresas e Instituições, em especial, com o CFT.

Palavras-chave: Educação Profissional; Rede Federal; Conselho Federal dos Técnicos Industriais; Curso Técnico em Edificações; IFSul.

¹ Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense – IFSul, Câmpus Jaguarão/RS – Brasil. E-mail: danilotelechi@ifsul.edu.br

² E-mail: glauciusduarte@ifsul.edu.br



ABSTRACT

The changes that are taking place in the world of work impact some professional careers in civil construction. In the political field, the creation of the Federal Council of Industrial Technicians (CFT) in 2018, gave full autonomy to mid-level technical careers. Disruptive technologies that are incorporated into the current scenario can modify established professional roles, as well as reconfigure training curricula and courses. The change in Institutionalality experienced by the Federal Network, 2008, raises a discussion on the following directions. Considering this changing context, this paper aimed to evaluate the role of the educational institution in valuing High School technical careers, focusing on the Building Technician degree. As part of a master's thesis, which presents the background history of the Building Technician degree offered at the IFSul Campus Pelotas, searching to find evidence of implemented actions for promoting appreciation of the technical career among the period current students. The documental evidence found supports possible lines of action for the school (key points) given the changes pointed out, intending to propose the construction of an appreciation discourse and greater autonomy of the technical professional in Buildings. The key points presented in this paper, according to empirical evidence, encompass the political field, the retrieval of "pride for the art of building" and the Institutional role of the professional field. Considering the technological field, professors and students' technical updating, as for the Institutional field, the formation of partnerships with companies and Institutions, particularly with the CFT.

Keywords: Professional education; Federal Network; Federal Council of Industrial Technicians, Technical Course in Building; IFSul.

1. INTRODUÇÃO

Desde as primordiais codificações de Leis, a regulamentação da construção civil se faz presente. O código de Hamurabi apresenta, em uma das leis ali codificadas, o ditame "Se um construtor edificou uma casa para um Awilum³, mas não reforçou seu trabalho, e a casa que construiu caiu e causou a morte do dono da casa, esse construtor será morto"⁴, o qual deixa claro de quem é a responsabilidade objetiva pela construção, e qual a pena imposta pela ruína da mesma, caso ocorra. Ao iniciar este artigo focalizando este objeto da antiguidade, se busca evocar duas ideias: a primeira é a que remete ao passado, à história da própria humanidade, ao que aconteceu no alvorecer da vida em sociedade, mas que ainda é percebido no presente. A segunda ideia, decorrente da primeira, é a de que desde os primórdios da regulação das atividades humanas por meio da codificação de leis, há a preocupação com a responsabilização na construção civil.

O mercado da construção civil poderia ser definido sinteticamente como o conjunto de todos os recursos materiais, ambientais, econômicos, sociais e humanos mobilizados para projetar, construir, demolir, manter ou reformar o ambiente construído. Dessa definição, depreende-se que as relações políticas e normativas estão compreendidas nesse mercado, regulando a alocação e operacionalização de todos os recursos, com requisitos e responsabilização para as partes envolvidas. A responsabilização objetiva pelos resultados, tal qual o código de Hamurabi fazia em sua época, deve ser

³ Conforme a Enciclopédia Britannica, sobre a Lei Mesopotâmica, com tradução livre, "Awilum eram os cidadãos que possuíam terras por direito próprio e não dependiam nem do palácio nem do templo". Disponível em: <https://www.britannica.com/topic/awilum>. Acesso em: 3 nov. 2022.

⁴ Disponível em: <https://mundoeducacao.uol.com.br/historiageral/o-codigo-hamurabi.htm>. Acesso em: 22 set. 2022.



compreendida como parte da dinâmica do mercado, sendo essencial para o alcance dos resultados esperados: edificações construídas e atendendo aos seus requisitos de uso.

Para isso, atualmente, subjaz a atuação do Estado na regulação de algumas profissões. Se se contempla apenas o mercado da construção civil, destacam-se três categorias profissionais regulamentadas⁵ que são a base do sistema produtivo: as/os engenheiras/os, as/os arquitetas/os e as/os técnicas/os⁶ industriais de nível médio. Quanto ao aspecto de formação escolar, as duas primeiras categorias profissionais são de nível superior, e a última categoria profissional é de nível médio, mas os três grupos com profissões regulamentadas e com responsabilidades técnicas definidas em Normas específicas.

Atualmente naturalizadas, as palavras “engenheiro”, “arquiteto”, “construtor”, e “mestre de obras” escondem um conflito histórico. Pareto Jr. (2018, p.117), ao estudar a formação dos campos profissionais da engenharia e arquitetura no âmbito da cidade de São Paulo, no período de 1890 a 1960, mostra como esses termos nasceram “imbricados” no Brasil, e como a regulamentação das profissões de engenharia, arquitetura e agrimensura, ocorrida em 1933 (Brasil, 1933), institucionalizou uma subordinação dos conhecimentos empíricos, adquiridos no exercício profissional, típicos dos construtores e mestres de obra, ao conhecimento acadêmico característico dos engenheiros e arquitetos.

A Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, conforme previsão Legal (Brasil, 2008), atualmente oferta cursos em diferentes níveis de ensino. Agora, a mesma Instituição pode ofertar cursos de qualificação profissional (nível de ensino fundamental), cursos técnicos de nível médio, cursos superiores (tecnólogos, bacharelado e licenciatura) e de pós-graduação (especialização, mestrado e doutorado). Tal possibilidade, inovadora sob o aspecto institucional, trouxe alguns desafios e disputas: ao ter a possibilidade de ofertar cursos em diferentes níveis de ensino na mesma Instituição é natural que, dado que os recursos são limitados, haja distensões sobre qual o curso ofertar, ou qual o nível de ensino priorizar.

A Lei 11.892 de 2008, que designa o atual formato aos Institutos Federais, aponta que eles devem “orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais” (Brasil, 2008), sendo esta uma finalidade e característica dos mesmos. Porém, a Lei não abarca a vontade das pessoas que compõe as Instituições, a Lei não redefine ou prioriza o desejo e os ímpetos daqueles que compõe o seu quadro de docentes e servidores. De fato, essas vontades, desejos e ímpetos ensejam disputas para definir o rumo da nova Institucionalidade. Na tese de Gustavo Henrique Moraes, intitulada “Identidade de

⁵ Existe também as carreiras tecnológicas de nível superior, porém, estas ainda não estão regulamentadas. O Projeto de Lei PL nº 2245/2007, que regula essas carreiras, está em trâmite na Câmara Federal, podendo ser acompanhado em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=372560>. Acesso em: 29 out. 2022.

⁶ Ao se referir aos profissionais, está-se referindo a qualquer um dos gêneros, mesmo que na escrita, algumas vezes, apareça apenas o gênero feminino ou o masculino. Este tipo de ocorrência significa apenas uma opção pela simplificação da escrita, sem ter, entretanto, qualquer significação em termos de valorização ou desvalorização de qualquer gênero.



Escola Técnica vs. Vontade de Universidade – A Formação da Identidade dos Institutos Federais”, o próprio título demonstra uma das disputas vivenciadas (2016, capa):

Tal compreensão suscita uma questão interessante aos estudiosos da educação: estariam os Institutos Federais abandonando as suas tradicionais identidades de escola técnica para perseguirem uma vontade de universidade? Mais que uma simples sugestão teórica, esta interpretação coloca em xeque a própria política que concebeu os Institutos Federais, principal aposta educacional do Estado brasileiro nas últimas décadas, concebidos por inspiração desenvolvimentista, que enxerga na EPT, e em especial na oferta de cursos técnicos, um poderoso motor de desenvolvimento para a sociedade brasileira. De acordo com esta política, o Estado deve fomentar a oferta de cursos alinhados aos Arranjos Produtivos Locais, fugindo aos malefícios de nossa tradição cultural bacharelesca/doutoral, que dissocia a educação superior da atuação profissional e transforma os diplomas de grau acadêmico em autenticadores de títulos de nobreza, em “bilhetes de entrada” para a aristocracia (Moraes, 2016, p. 2).

Em notícia veiculada no site do Conselho Federal dos Técnicos Industriais (CFT), em 27 de fevereiro de 2020, a respeito de um acordo firmado com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), lê-se:

A Diretoria Executiva do CFT se reuniu em 12 de fevereiro com o SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial), para assinatura de acordo de cooperação. Na ocasião, o Diretor Geral do SENAI, Rafael Lucchesi, destacou o investimento em ensino técnico de países referência em desenvolvimento, como a Finlândia – e de como o Brasil, à contramão destes países, cultiva uma discriminação histórica em relação ao ensino técnico, descartando assim, seu potencial de desenvolvimento econômico e transformação social. O Presidente do CFT, o técnico em edificações, Wilson Wanderlei Vieira, apresentou ao SENAI o interesse do Conselho em iniciativas que imprimam valorização à profissão do técnico industrial, o que contribuirá, inclusive, para uma ruptura com a visão arcaica referente à profissão (CFT, 2020).

A notícia aponta para uma “verdade” estabelecida em nossa sociedade: as carreiras técnicas de nível médio têm menor valor social do que as carreiras de nível superior. Esta postura arcaica, no entendimento do Presidente do CFT, poderá ser rompida com a valorização da profissão de técnico industrial de nível médio perante a sociedade.

Valorizar uma carreira não significa, necessariamente, desvalorizar outra. Valorizar a carreira do técnico de nível médio não acarreta nenhuma desvalorização para as carreiras de nível superior. Esta é uma premissa sobre a qual se assenta este trabalho.

A “verdade” que se problematiza aqui é que a carreira técnica de nível médio agrega um conhecimento secundário, mais prático, e, com isso, de menor valor, prestígio e menor autonomia profissional, acarretando que estes profissionais devem ter a sua atuação sempre submissa e subjacente aos profissionais de nível superior, sendo coadjuvantes no cenário da construção civil. Ou seja, essa “verdade” criou uma subordinação tácita das carreiras de nível médio às carreiras de nível superior. As aspas denotam o que seria uma vontade de verdade, conforme Edgardo Castro:



Foucault distingue entre duas histórias da verdade: por um lado, uma história interna da verdade, de uma verdade que se corrige a partir dos seus próprios princípios de regulação; por outro, uma história externa da verdade' A primeira é a que se leva a cabo na história das ciências; a segunda, a que parte das regras de jogo que, em uma sociedade, fazem nascer determinadas formas de subjetividade, determinados domínios de objetos, determinados tipos de saber... A vontade de verdade, além disso, apoia-se sobre os suportes institucionais: as práticas pedagógicas, os sistemas de edição, as bibliotecas, os laboratórios. A vontade de verdade, por outro lado, exerce uma espécie de pressão ou coerção sobre os outros discursos (Castro, 2009, p. 421).

Quando se reflete sobre o conhecimento, reflete-se, subsidiariamente, sobre as relações de poder que o acompanham. Conhecimento gera poder, poder gera conhecimento: esta ideia síntese pode ser apreendida no pensamento de Michel Foucault (1926 - 1984), e balizou o desenvolvimento deste estudo:

Temos antes que admitir que o poder produz saber (e não simplesmente favorecendo-o porque o serve ou aplicando-o porque é útil); que poder e saber estão diretamente implicados; que não há relação de poder sem constituição correlata de um campo de saber, nem saber que não suponha e não constitua ao mesmo tempo relações de poder (Foucault, 2014b, p. 31).

A construção civil está vivendo, atualmente, um ciclo de mudanças nos seus processos produtivos, impulsionadas, em grande parte, pela incorporação de tecnologias disruptivas⁷ que chegam a este mercado. Com tais mudanças, poderá ocorrer um reposicionando de carreiras e espaços de atuação profissional.

As carreiras técnicas de nível médio vivem ainda um outro ciclo de mudanças, advindas da criação de um Conselho próprio para regular e fiscalizar este segmento profissional (Brasil, 2018), conquistando, assim, a plena autonomia profissional. Além desse papel, o CFT tem como atribuição prevista na Lei de criação (Brasil, 2018) a busca pela valorização da carreira técnica de nível médio.

Dadas as mudanças em curso, a “verdade” em questão carece ser problematizada.

Para refletir sobre esta problemática, buscou-se conhecer o desenvolvimento histórico da regulamentação das carreiras técnicas de nível médio, no intuito de entender as mudanças estruturantes que ocorreram ao longo de sua existência, para então compreender como estão atualmente os cursos Técnicos em Edificações na Rede Federal, criando uma base para se refletir sobre como poderão ser no futuro.

Este artigo apresenta um recorte da pesquisa de mestrado concluída em 2022, a qual teve por objetivo refletir sobre o papel das escolas na valorização da carreira técnica de nível médio em Edificações, e propôs linhas de ação que contribuam com essa valorização no ambiente estudantil. A pesquisa foi executada em três etapas. Na primeira, realizou-se uma caracterização das mudanças que estão acontecendo no mundo do trabalho, e que podem impactar no dia a dia dos cursos técnicos em

⁷ Conforme apresentado em diversos eventos promovidos pela Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), o termo “tecnologias disruptivas” se refere àquelas tecnologias que mudam o padrão vigente, quebrando paradigmas.



Edificações, sendo sistematizadas em mudanças na esfera político normativa; mudanças na esfera tecnológica; e mudanças na esfera institucional da Rede Federal. Nessa etapa, transpareceu a construção de um discurso de subordinação tácita dos técnicos de nível médio às carreiras de nível superior (engenharia e arquitetura), especialmente denotado pelo CONFEA no rito legislativo de aprovação da Lei nº 5.524, de 1968 (Brasil, 1968). Tal postura, verbalizada e registrada nos anais do Legislativo Federal são evidências da “verdade” da subordinação tácita em ação (Telechi, 2022).

Na segunda etapa, descreveu-se a dinâmica dos cursos técnicos em Edificações na Rede Federal com olhar quantitativo. Tal abordagem permitiu que se avaliasse a dimensão e as possibilidades de ações para valorização da carreira de técnico em Edificações na Rede Federal. Por fim, se olhou para o curso ofertado pelo IFSul no Câmpus Pelotas, buscando-se conhecer fragmentos da história desse curso que apontassem para ações que valorizavam, em cada época, a profissão entre os estudantes.

Desse “movimento em três atos” resultaram alguns aspectos que merecem reflexão, e talvez ação, para que se valorize mais a carreira técnica no ambiente estudantil no futuro, dadas as mudanças em curso.

O presente artigo apresenta uma visão geral dos cursos Técnicos em Edificações da Rede Federal, e propõe, calcado em evidências documentais coletadas na história do curso de Pelotas, linhas de ação (pontos-chave) para construir um possível futuro de maior valorização das carreiras técnicas no ambiente escolar.

2. VALORIZAÇÃO DAS CARREIRAS TÉCNICAS: O QUE A HISTÓRIA NOS ENSINA

2.1. CURSOS TÉCNICOS EM EDIFICAÇÕES DA REDE FEDERAL

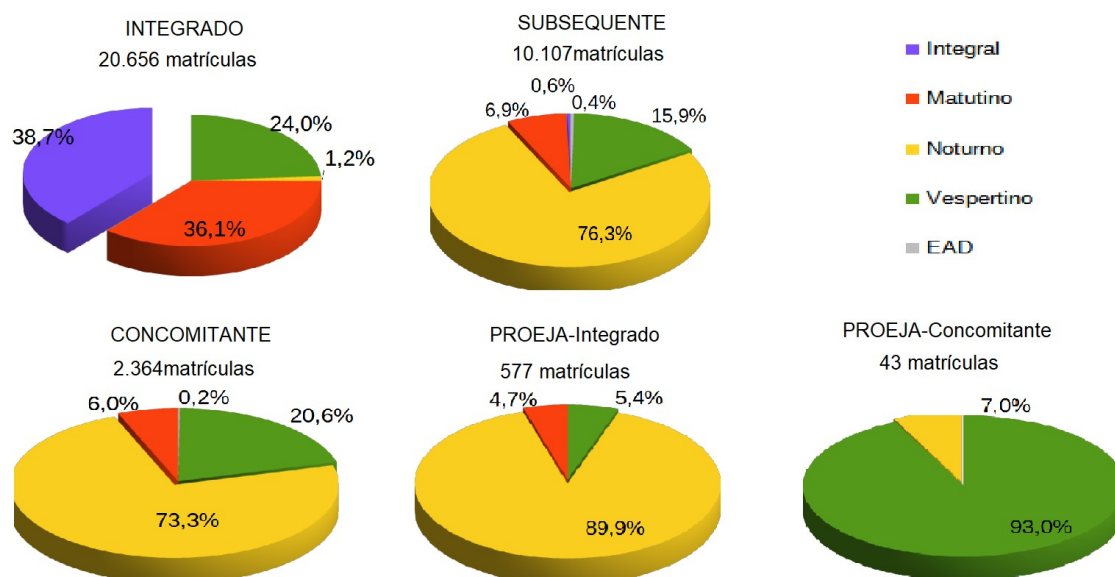
Para investigar as possibilidades de ações (pontos-chave) que influam na realidade, precisa-se conhecer inicialmente a realidade. Para isso, foram obtidos dados na Plataforma Nilo Peçanha (PNP), e no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a partir dos quais se elaboraram gráficos e tabelas que embasaram as reflexões acerca da dinâmica dos cursos técnicos em Edificações da Rede Federal.

Em 2021, a Rede Federal ofertou o curso técnico em Edificações em 134 das 656 unidades que compõe a Rede. No Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS), no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ) e no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano (IFBaiano) não há a oferta do curso técnico em Edificações.

Os cursos técnicos em Edificações da Rede Federal são ofertados na modalidade de ensino presencial, nos turnos integral, matutino, noturno e vespertino. Oferece-se ainda o mesmo curso na modalidade de educação a distância - EAD (PNP, 2022). A Figura 1 apresenta o número total de matrículas observadas em 2021 por tipo de oferta, e a distribuição percentual dessas matrículas pelos turnos. O tipo de oferta “integrado ao ensino médio” totalizou 20.656 matrículas, sendo que o turno predominante é o integral, com 7.997 matrículas.



Figura 1 – Percentual de Matrículas por Tipo de Oferta e por Turno, em 2021.



Fonte: elaborado pelos autores utilizando os dados da Plataforma Nilo Peçanha.

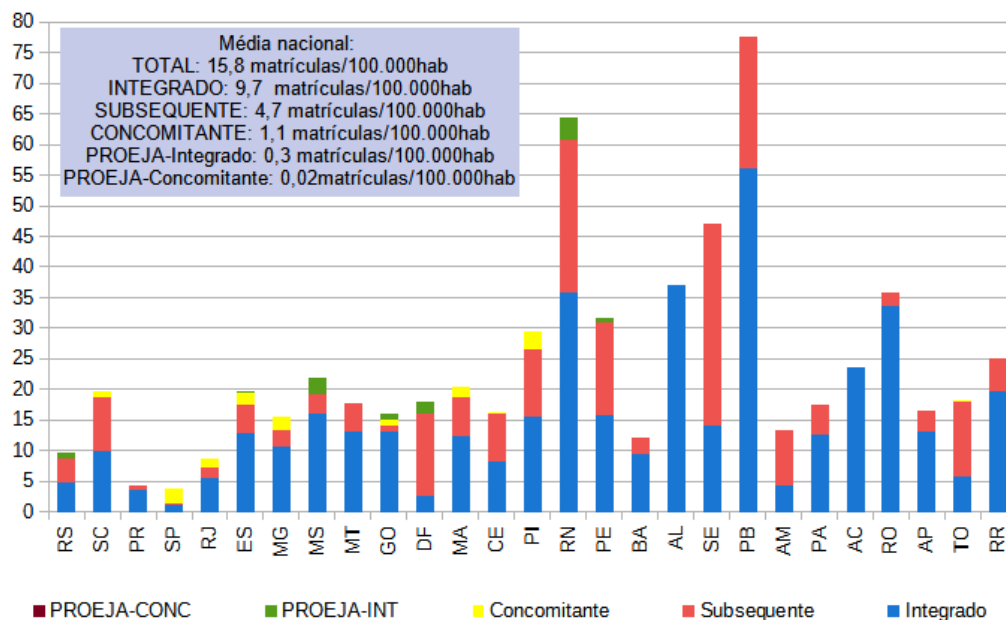
Outro aspecto importante para se compreender a realidade dos cursos técnicos em Edificações na Rede Federal é a distribuição geográfica das matrículas. Para isso, utilizando-se os dados da PNP e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), quanto à população dos Estados, montou-se a Figura 2. Nela, é apresentada a proporção de matrículas por 100.000 habitantes, em 2021, por tipo de oferta. Para isso, somou-se os números de matriculados nos Institutos situados em cada Estado, e dividiu-se pela população do Estado indicada na base de dados do IBGE.

Por sua vez, no gráfico apresentado na Figura 2, percebe-se uma diferença significativa na proporção entre o número de matrículas e a população de cada Estado. A Paraíba (PB) é o Estado com a maior quantidade de matrículas a cada 100.000 habitantes, com 77,54 matrículas/100.000hab, enquanto São Paulo (SP) registrou 3,92 matrículas/100.000hab, em 2021. Considerando que nas regiões mais populosas existe uma maior atividade econômica na construção civil, essa discrepância é significativa, pois o Estado mais rico e populoso do Brasil, São Paulo, apresenta o menor índice da Rede Federal.

Para melhor entender a dinâmica de formação do técnico em Edificações na Rede Federal, considerou-se importante conhecer o perfil dos estudantes. Para isso, se realizou a análise dos dados disponíveis na PNP, os quais permitiram elaborar os gráficos e tabelas desta parte do estudo. A Figura 3 apresenta a distribuição dos 33.747 estudantes matriculados nos cursos em 2021, apresentados por tipo de oferta e por classificação racial declarada. As categorias utilizadas são as apresentadas na Plataforma Nilo Peçanha.

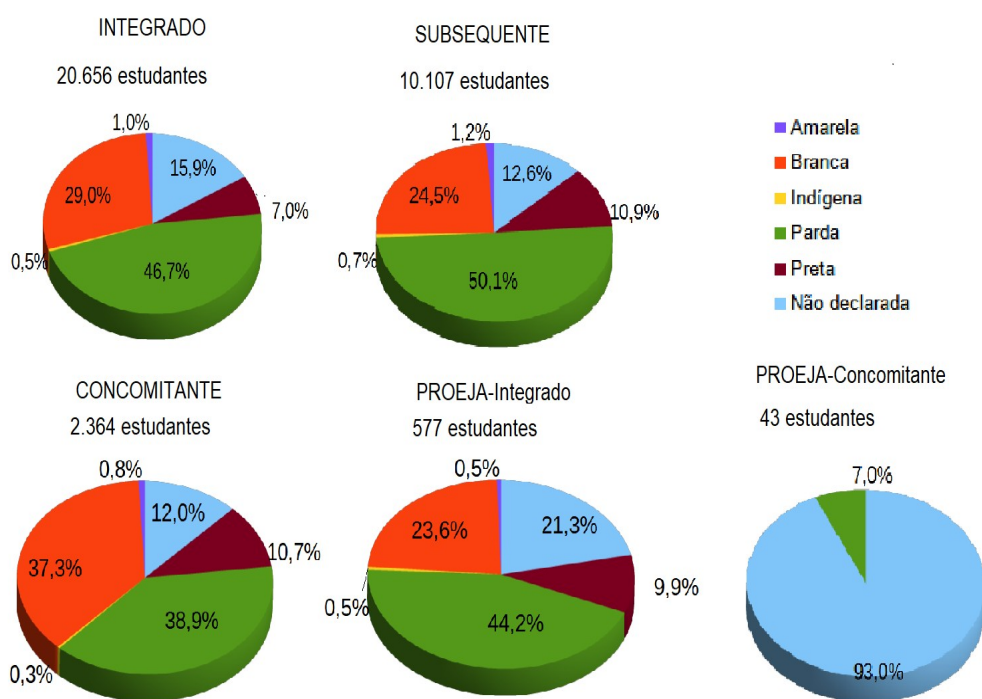


Figura 2 – Número de matrículas para cada 100.000 habitantes por Estado e por tipo de oferta, em 2021.



Fonte: elaborado pelos autores utilizando os dados da Plataforma Nilo Peçanha e do IBGE.

Figura 3 - Percentual de Estudantes em 2021, por Tipo de Oferta e por Classificação Racial declarada.

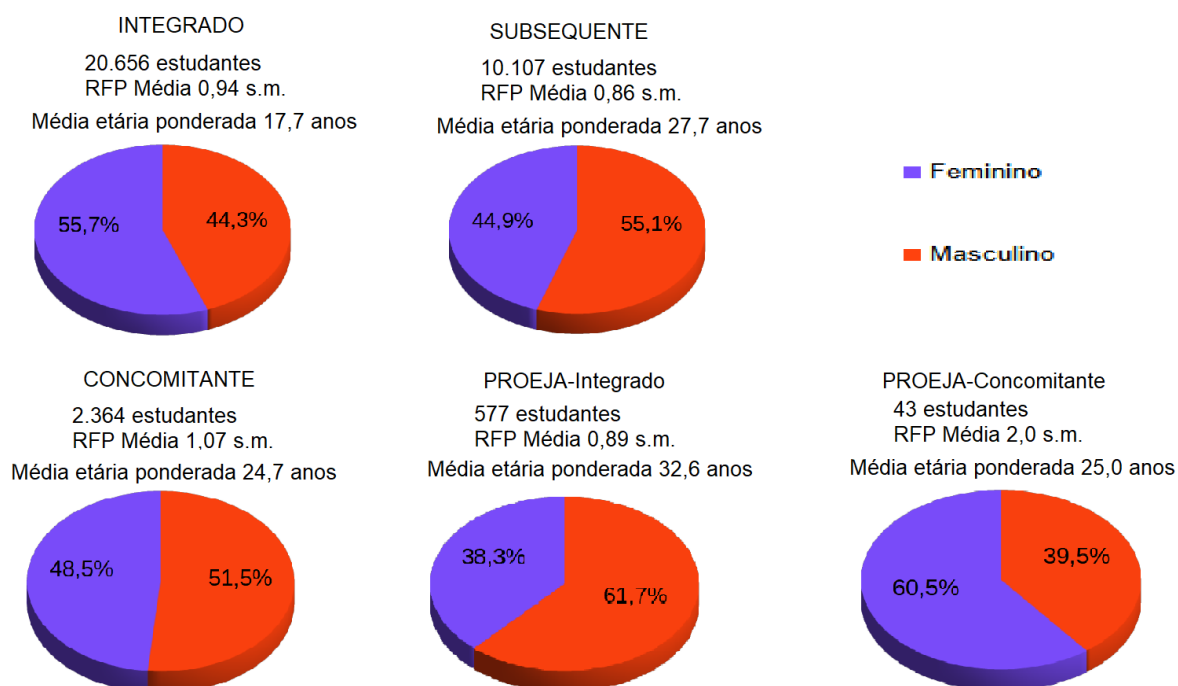


Fonte: elaborado pelos autores utilizando os dados da Plataforma Nilo Peçanha.



Por fim, para entender a realidade das pessoas que frequentam os cursos técnicos em Edificações da Rede Federal, foi calculada a Renda Familiar Per capita (RFP) Média, em número de salário mínimo (s.m.) e a média etária ponderada. Para estes dois indicadores, se utilizou as classes apresentadas na PNP, e se calculou a média ponderada por frequência de ocorrência na classe, e o valor central da classe. Tais indicadores são apresentados na Figura 4:

Figura 4 – Percentual de Estudantes por Tipo de Oferta e por Sexo, RFP média e Faixa Etária média em 2021.



Fonte: Elaborado pelos autores utilizando os dados da Plataforma Nilo Peçanha.

Esta breve análise da realidade dos cursos e dos estudantes permite entender que existem diferenças quanto à cobertura geográfica dos cursos ofertados pela Rede Federal, sendo mais presentes, proporcionalmente, na região Nordeste. Percebe-se, dentre outros pontos, também, um *déficit* de oferta no Estado mais populoso e economicamente mais desenvolvido do país, São Paulo.

Por outro lado, quanto aos estudantes, percebe-se uma diferença de perfil entre as diferentes modalidades de oferta desse curso, se configurando o estudante dos cursos integrados como mais jovem, com renda familiar mais elevada, e com predominância do turno integral e matutino para estes cursos. Quanto aos estudantes do subsequente e do PROEJA-Integrado, o perfil é de pessoas com maior faixa etária, menor renda *per capita*, e com predominância do noturno, o que indica pessoas que já participam do mundo do trabalho.

A partir desse entendimento, passou-se a analisar os cursos ofertados pelo IFSul, para então buscar, na história do curso ofertado em Pelotas, alguns indicativos de pontos-chave que ajudassem na valorização da carreira técnica entre os estudantes, em diferentes épocas.



2.2. CURSOS TÉCNICOS EM EDIFICAÇÕES DO IFSUL

Neste estudo, o nosso foco voltou-se ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense (IFSul), curso técnico em Edificações, por ser esta uma das Instituições de ensino profissional mais antigas em atividade no Brasil. Sua história remonta a mais de cem anos, e o primeiro curso técnico em Edificações do IFSul, no Câmpus Pelotas, foi criado juntamente com a Lei que regulamentou a profissão técnica no Brasil, em 1968.

Em 2007, no movimento de expansão do ensino técnico, foi criado o Câmpus de Passo Fundo, e em 2014, o Câmpus Avançado de Jaguarão, ambos ofertando também o curso técnico em Edificações. O Câmpus de Passo Fundo oferta o curso em Edificações desde 2010, na modalidade subsequente. O de Jaguarão oferta o curso desde 2014 nas modalidades subsequente e integrado ao ensino médio (IFSul, 2022). Por ser longevo, o IFSul pode ser adotado como referência para se estudar as mudanças que aconteceram no período compreendido entre a criação das carreiras técnicas de nível médio, em 1968, e a criação do CFT, em 2018, ou seja, nos cinquenta anos em que a carreira técnica de nível médio foi regulada e fiscalizada pelo CONFEA.

Tabela 1 – Quantidade de matrículas por tipo de oferta e Câmpus do IFSul.

Tipo de oferta	Câmpus	2017	2018	2019	2020	2021	Varição % 2021/2017
Integrado	Pelotas	326	296	308	269	292	-10,43%
	Jaguarão	154	153	120	137	133	-13,64%
Subsequente	Pelotas	211	186	178	163	186	-11,85%
	Passo Fundo	231	252	216	156	186	-19,48%
	Jaguarão	109	73	45	38	25	-77,06%
Concomitante	Pelotas	9	0	0	0	0	-100%
PROEJA Integrado	Pelotas	55	44	44	44	64	16,36%
TOTAL		1.095	1.004	911	807	886	-19,09%

Fonte: elaborado pelos autores utilizando os dados da Plataforma Nilo Peçanha.

O cenário de matrículas nos cursos do IFSul é o apresentado na Tabela 1. Observa-se uma queda de 19,09% no número de matrículas nestes cursos, quando se compara os anos de 2021 com 2017. Exceto o PROEJA-Integrado, ofertado apenas no Câmpus Pelotas, todos os demais cursos apresentaram retração. Tais retrações podem ter sido infladas pela pandemia de COVID-19, porém, se observava uma retração entorno de 8,3% anual antes da mesma. As retrações mais significativas se observam nos cursos subsequente dos Câmpus Passo Fundo e Avançado Jaguarão.

2.3. CURSO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES DO CÂMPUS PELOTAS: O QUE A HISTÓRIA NOS ENSINA

Dado o cenário pós pandemia, e as mudanças em curso na esfera política, tecnológica e institucional, há que se pensar em ações que valorizem a carreira de Técnico em Edificações no âmbito escolar. Neste momento, olhar para a história, em busca de parâmetros que colaborem com essa valorização, se mostra uma alternativa



importante. Para isso, buscou-se nos arquivos do curso de Pelotas, e nos documentos institucionais disponibilizados pela Direção de Ensino do Câmpus Pelotas, e pela Coordenação do curso, evidências documentais de aspectos que poderiam se configurar como pontos-chaves para as ações de valorização, em cada época. Tais aspectos estarão lastreados em evidências, e se alinharão às questões colocadas para cada uma das esferas de mudança.

2.3.1. Campo político: Orgulho pela “arte de construir”

Em 1986, na antiga Escola Técnica Federal de Pelotas - ETFPel, os estudantes ingressavam na instituição sem ter um curso definido. Essa definição ocorria ao final do primeiro semestre, e os estudantes conheciam os cursos ofertados por meio de uma disciplina nomeada de “Prospecção Profissional”. Cada curso recebia visitas dos estudantes, e preparavam materiais para serem entregues aos mesmos, e tentavam demonstrar as vantagens do seu curso. A Figura 5 apresenta um desses *folder*, com o título “5 Razões para você optar por Edificações”, o qual apresentava o Curso Técnico em Edificações.

Neste documento, é possível observar a menção ao orgulho pela “arte de construir”. No texto direcionado aos visitantes, assinado pelo Coordenador do Curso, Prof. Norberto da Silva Pinto, e o Coordenador de área Física, Prof. Lorgio Gonzales de Oliveira, eles alertam que “...não temos equipamentos sofisticados nem aparelhagem bonitas e caras...” mas salienta que pretendem mostrar “a beleza da arte de construir”. O alerta relacionado aos equipamentos e aparelhagens se entende num contexto de expansão da eletrônica e das telecomunicações, típicas dessa época, em que se tinha contato, no ambiente escolar, com tecnologias modernas em uso no mundo do trabalho. A “arte de construir” remete à ideia de realizar, tornar real, de “saber fazer”, de “fazer com as mãos”. Isso era motivo de orgulho por parte dos professores e do corpo discente do curso.

Figura 5 – Folder “5 razões para você optar por Edificações”, de 1986 - parte 1.



Fonte: Acervo histórico do Curso Técnico em Edificações do Câmpus Pelotas do IFSul.

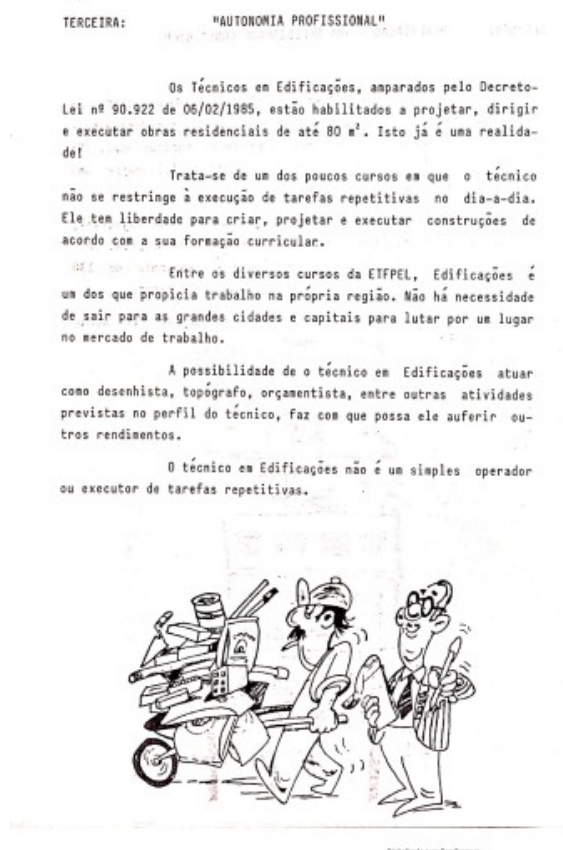


2.3.2. Campo político: Autonomia profissional

Ainda no *folder* “5 Razões para você optar por Edificações”, de 1986, mostrado na Figura 6, se evidencia algumas das cinco razões para se optar pelo curso de Edificações. Após citar as prerrogativas do profissional técnico, destaca-se para a possibilidade de “projetar, dirigir e executar obras de até 80m²”. É importante notar que a menção à legislação aparece no documento, na “terceira razão”, mas se referindo ao Decreto de 1985 (Brasil, 1985), e não às Resoluções do CONFEA, que, neste momento, limitavam a atuação do profissional de nível médio⁸ (Telechi, 2022). A presença dos verbos “projetar” e “dirigir” reafirmam a ideia de autonomia plena deste profissional, a qual intitula esta “razão”.

A segunda “razão para se optar por Edificações” apresentada na segunda parte do *folder*, Figura 6, está a permanência da demanda de construção de habitações e as possibilidades de atuação do Técnico em Edificações, aqui apresentado como “um dos poucos cursos em que o técnico não se restringe à execução de tarefas repetitivas no dia a dia. Ele tem liberdade para criar, projetar e executar construções de acordo com a sua formação curricular”. Mais uma vez, a ideia de plena autonomia embala essa “vantagem” do curso.

Figura 6 - *Folder* "5 razões para você optar por Edificações", de 1986 - parte 2.



Fonte: acervo histórico do Curso Técnico em Edificações do Câmpus Pelotas do IFSul.

⁸ A análise das Resoluções do CONFEA que se destinavam a regular a carreira do Técnico em Edificações, ao longo do tempo, demonstram que houve cerceamento e restrição da atuação destes profissionais.



2.3.3. Campo político: Protagonismo Institucional no campo profissional

Para além dos assuntos e conteúdos tratados no ambiente estudantil, a formação de novos profissionais carece de constante interação com as empresas e demais instituições que compõe o mercado. A valorização da profissão demanda a participação Institucional em feiras, eventos, exposições, cursos, seminários, enfim, outras atividades para além do universo restrito do ambiente escolar. Ser protagonista nesse campo significa ser reconhecido externamente pela excelência do conhecimento, e pela capacidade de desenvolvê-lo e disseminá-lo. A história do Curso de Pelotas demonstra isso.

A Figura 7 apresenta as capas de *folders* de duas edições de Feiras da Construção e Habitação do MERCOSUL. Estes eventos ocorreram em 1992 e 2004, quando o atual Campus Pelotas constituía a ETFPel e CEFET-RS, respectivamente. Esses eventos, organizados e sediados na Instituição, demonstram o seu protagonismo na área de atuação. Não tanto por sediar o evento, mas pela dimensão internacional do mesmo (MERCOSUL), e pelas parcerias firmadas para as suas realizações. Isso denota protagonismo e excelência, que acabam por impactar na motivação e valorização dos cursos que são ofertados.

Figura 7 - *Folders* da 1a. e da 4a. FEHACON realizadas na ETFPel em 1992 e CEFET-RS em 2004.



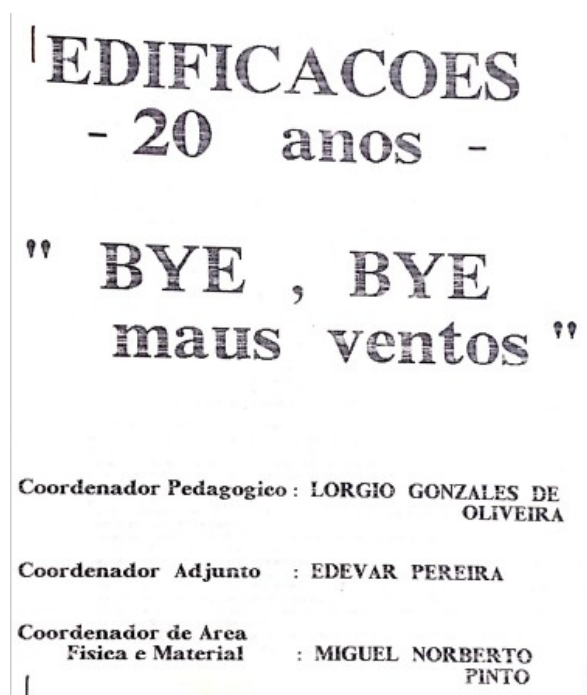
Fonte: acervo histórico do Curso Técnico em Edificações do Câmpus Pelotas do IFSul.



2.3.4. Campo tecnológico: Atualização técnica de docentes e estudantes

A construção civil, como qualquer outro segmento do mercado de trabalho, incorpora constantemente novas tecnologias. O diferencial do momento em que vivemos é o poder disruptivo das tecnologias em disseminação. As escolas precisam manter-se atualizadas tecnologicamente para que os estudantes não sejam formados com defasagem tecnológica perante os demais. Para isso, é importante que a instituição escolar promova a incorporação e disseminação de novas tecnologias. Essa ideia encontra eco nos registros históricos do curso Técnico em Edificações do Câmpus Pelotas do IFSul. Na Figura 8, vê-se uma Proposta de Trabalho para a gestão 80/90. Possivelmente houve um erro tipográfico, pois o documento é de 1988, quando o Curso completou os 20 anos citados na capa. Nessa proposta, os Coordenadores da época, Prof. Lórgio Gonzales de Oliveira, Coordenador Pedagógico, Prof. Edevar Pereira, Coordenador Adjunto e Prof. Miguel Norberto Pinto, Coordenador de Área física, apresentavam algumas metas na área pedagógica que evidenciam a ideia de atualização técnica dos profissionais docentes e em formação (discentes) como uma ação Institucional.

Figura 8 - Proposta de Trabalho para a gestão 80/90 - 1988.



Fonte: acervo histórico do Curso Técnico em Edificações do Câmpus Pelotas do IFSul.

As metas "incentivar o trabalho de pesquisa aos professores e alunos", "incentivar o desenvolvimento e aplicação de informática em todas as disciplinas" e "plano a médio e longo prazo do desenvolvimento da informática direcionada à construção civil", entre outras, denotam a ideia de constante atualização técnica. Nessa época, o acesso e utilização de computadores ainda era bastante restrito, mas, conforme a proposta,

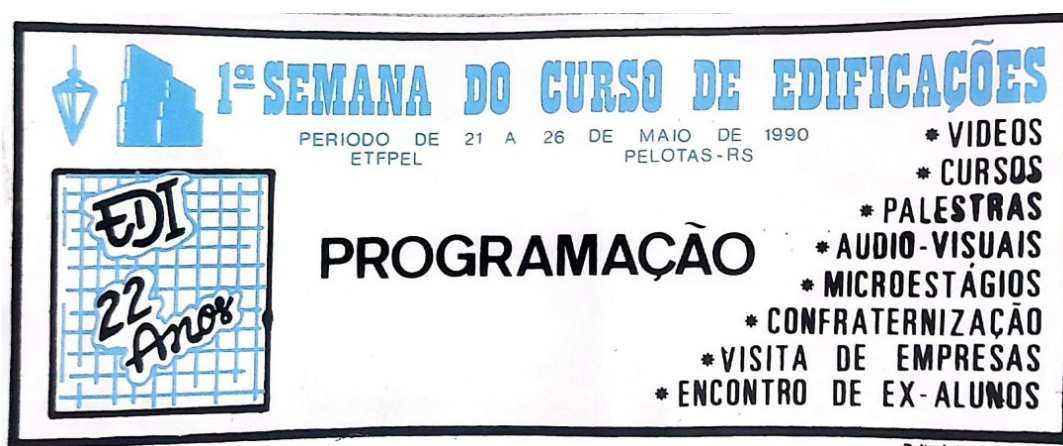


essa necessidade de atualização tecnológica não passou despercebida pelos gestores da época.

2.3.5. Campo institucional: Parcerias com empresas e Instituições

O ambiente escolar, ainda que seja promotor da atualização técnica dos docentes e discentes, não é capaz de propiciar o contato direto dos estudantes com todas as possibilidades tecnológicas e de produtos disponíveis no mercado. Assim, a execução de atividades em parcerias com empresas e Instituições pode possibilitar uma maior diversidade de opções para os estudantes, além de possibilitar a projeção do curso perante as empresas. Na história do curso de Pelotas, se encontram evidências desse aspecto. A Figura 9 apresenta o *folder* e a programação da “1ª. Semana do Curso de Edificações”, realizada em maio de 1990, a qual comemorou o vigésimo segundo aniversário do curso, e propiciou o contato direto dos estudantes com as empresas parceiras, por meio de “microestágios”, “visitas de empresas”, “palestras”, entre outras atividades.

Figura 9 - Primeira Semana do Curso de Edificações, maio de 1990.

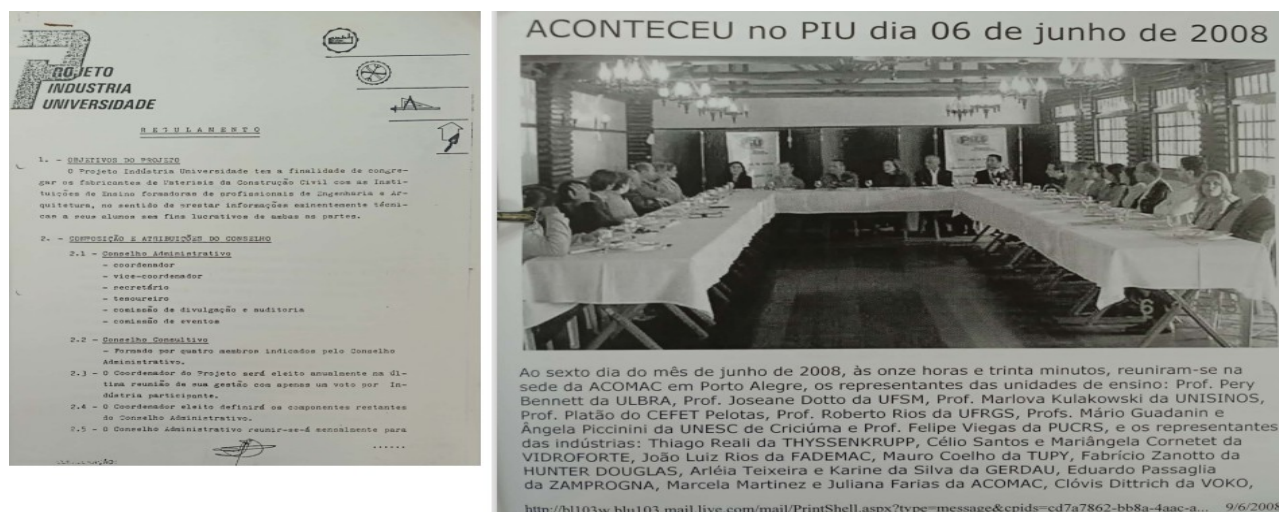


Fonte: acervo histórico do Curso Técnico em Edificações do Câmpus Pelotas do IFSul.

Outra evidência desse aspecto, na história do curso de Pelotas, é o Projeto Indústria Universidade (PIU), de 1991, do qual participavam empresas, associações e Instituições, e que tinha a finalidade de “congregar os fabricantes de materiais de construção civil com as Instituições de Ensino formadoras de profissionais de Engenharia e Arquitetura,...” (PIU, 1991). A Figura 10 apresenta o documento que formalizava a participação no Projeto, de 1991, e uma reportagem sobre uma reunião de coordenação do mesmo, em 2008. Essas evidências denotam a permanência temporal das parcerias, além do ecletismo das mesmas, pois contava com Instituições de ensino públicas (UFSM, CEFET Pelotas, UFRGS, UNESC,...), Instituições privadas (ULBRA, UNISINOS, PUCRS,...), associações (ACOMAC) e empresas. O trabalho em parceria promovia a integração e o fortalecimento da cadeia produtiva local, o qual reverteria em benefícios para todos os parceiros, mas, em especial, aos estudantes em formação.



Figura 10 - Projeto Indústria Universidade (PIU), 1991 e 2008.



Fonte: acervo histórico do Curso Técnico em Edificações do Câmpus Pelotas do IFSul.

Estas poucas evidências históricas corroboram com este estudo, no sentido de apresentar ações que produziam, possivelmente, aumento do entusiasmo dos estudantes pelo curso que frequentavam. Atualmente, muitas dessas ações ainda são realizadas, inclusive com o apoio da tecnologia disponível para se realizar eventos remotos. O fato de não mencioná-las especificamente se deve a uma decisão de recorrer à história como reforço do que impacta positivamente no dia a dia das atividades pedagógicas do curso. “Olhar para trás pode nos ajudar a entender quem nós somos, ou devemos ser, nos dias atuais”.

Por fim, neste aspecto, cabe ressaltar que o CFT possui, como uma de suas atribuições, a valorização das carreiras técnicas (Brasil, 2018), logo, essa Instituição é naturalmente uma parceria fundamental e necessária para que as ações de valorização das carreiras técnicas de nível médio surtam efeito no ambiente escolar.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que se apresentou neste artigo foi um recorte da pesquisa realizada no Mestrado Profissional em Educação e Tecnologia, finalizado em 2022 (Telechi, 2022). Nela, o objetivo foi refletir sobre a dinâmica atual dos cursos técnicos em Edificações da Rede Federal, em contraste com as mudanças que ocorrem no mundo do trabalho, no intuito de demarcar alguns pontos-chaves e linhas e ação para a atuação escolar que ajudem na valorização das carreiras técnicas de nível médio.

Como fio condutor desta reflexão, buscou-se resguardo no pensamento do filósofo francês Michel Foucault, sem a pretensão de se realizar uma pesquisa foucaultiana. Se buscou apenas, por meio do olhar sistemático sobre fatos históricos e evidências documentais, entender as implicações de um discurso de subordinação tácita das carreiras de nível médio às carreiras de nível superior sobre o processo de subjetivação do Técnico em Edificações. Tal discurso, possivelmente, produz sujeitos em conformidade com a rede de poder da qual o estudante virá a participar no mundo do trabalho, se estabelecendo, por meio da hierarquia dos saberes, uma hierarquia de



sujeitos, que tanta “unidade” transparece, conforme o discurso do CONFEA, em 1968 (Telechi, 2022, p. 64).

Refletiu-se sobre a mudança no campo político, onde, com a criação do CFT (BRASIL, 2018), se denota a conquista da plena autonomia das carreiras técnicas de nível médio, configurada como capacidade de regular e fiscalizar a própria carreira. Para este campo, encontrou-se evidências de alguns pontos-chaves na história do curso técnico em Edificações do Câmpus Pelotas do IFSul.

Para contrapor ao discurso de desvalorização dos trabalhos manuais resiliente na cultura nacional, o orgulho pela “arte de construir” pode se constituir num ponto chave de atuação escolar. Em trabalhos futuros, poderia se pensar num currículo em que a aprendizagem prática seja mais presente, desde o início da formação. Possibilitar contatos, capacitações e conversas com profissionais da área, como pedreiros, mestres de obra, carpinteiros, restauradores, enfim, profissionais não bacharéis, pode ajudar a desconstituir a imagem de que esses profissionais são desprovidos de conhecimento das atividades que realizam, como tantos se iludem e propagam.

Propiciar currículos flexíveis, de forma a permitir e incentivar que os estudantes desenvolvam as habilidades que mais gostam (projeto, execução, técnica ou gestão), e se dediquem ao que realmente mais lhes agrada, seja continuar estudando no ensino superior, ou exercer de fato a profissão técnica, sem fazer disso algum juízo de valor, poderia, acredita-se, contribuir para valorizar a carreira técnica por meio do orgulho pelo que se faz, independente do que isso seja.

Para contrapor ao discurso de subordinação tácita praticada historicamente pelo CONFEA/CREA, se propõe reforçar o discurso de plena autonomia profissional, constituindo, também, um ponto chave de atuação escolar. Possibilitar um currículo mais assertivo com as demandas locais, em especial, as pequenas obras, as reformas, as regularizações, a conservação predial, os projetos de interesse social, os trabalhos em mutirão, as cooperativas de construção, enfim, com as demandas tradicionalmente não assistidas e negligenciadas pela formação academicista, são ações que poderiam exemplificar e fortalecer o discurso de plena autonomia profissional.

Ainda no campo político, o protagonismo Institucional no campo profissional, que se evidenciou no passado, permitirá que a imagem institucional seja reafirmada não somente como formadora de mão de obra, mas sim formadora de profissionais ativos, cientes das demandas técnicas e cidadãs que a realidade lhes impõe, crítico e capaz de protagonizar as mudanças que estão por vir. Esse possível ponto chave projetará internamente, para a comunidade escolar, a dignidade, a plena autonomia, a capacidade técnica e a liderança que configuram o profissional técnico de nível médio, valorizando-o. Neste aspecto, promover eventos temáticos, propiciar o contato direto do estudante com a cadeia produtiva, projetar a Instituição nos espaços de discussão afetos à construção civil, seja no ambiente jornalístico, político, ambiental, ou outros, fazer com que a Instituição Escolar seja “a voz a ser ouvida” quando o assunto se referir ao campo profissional que forma. A instituição escolar como protagonista, e não apenas como audiência, exemplificam essa linha de ação.



No campo tecnológico, é mister que a Rede Federal busque o protagonismo nos espaços decisórios que afetem a atuação profissional das carreiras de nível médio. Além disso, como nos ensina o passado, a atualização técnica dos docentes e discentes dos cursos técnicos de nível médio se constituem numa linha de atuação permanente, que demandará esforços e recursos da Instituição, dada a velocidade das transformações tecnológicas atualmente. Porém, não desenvolver esse ponto chave poderá acarretar a desatualização generalizada, e a conseqüente perda da qualidade da educação ofertada, característica tão cara à Rede Federal. Em contraposição, um plano de investimento permanente em atualização técnica, atrelado a uma estratégia de desenvolvimento, assimilação e disseminação de tecnologias, são ações pertinentes e exemplificadoras dessa linha de ação.

No campo institucional, as parcerias com empresas e instituições, evidenciadas pelo passado histórico, compõem o rol de possíveis pontos-chaves para a valorização das carreiras técnicas de nível médio, pela possibilidade de atualização mais rápida dos cursos, adequando-os à atuais necessidades do mundo do trabalho. Esse esforço conjunto, escola/empresa e escola/instituições, como o passado ensina, pode se constituir numa sinergia benéfica para ambos os parceiros, seja pelo perfil profissional mais adequado às necessidades tecnológicas, demandas das empresas e instituições, quanto pela imediata inserção dos formandos nos postos de trabalho de forma qualificada, constituindo-se o curso num facilitador para a conquista da independência econômica para os estudantes, demanda das escolas e da parcela mais carente da sociedade, se constitui em uma linha de ação primordial.

Neste aspecto, uma parceria permanente com o CFT, criando um espaço de discussão e ação conjunta que vise a valorizar e desenvolver cada vez mais as carreiras técnicas, os cursos, os currículos, as possibilidades de diversificação e expansão das competências técnicas, se constitui numa linha de ação que, possivelmente, engloba e exemplifica todas as demais linhas já traçadas. Essa parceria não pode ser entendida como uma opção, mas como uma necessidade para a valorização do profissional técnico de nível médio de forma perene no Brasil.

Neste estudo, demonstrou-se que a carreira técnica de nível médio é tão digna, autônoma e valiosa quanto qualquer outra das carreiras de nível superior no âmbito da construção civil, pois, da mesma forma, ela possui atribuições e competências legalmente resguardadas. Buscou-se indicar, subsidiariamente, que as diferenças remuneratórias que se observa se originam mais de uma visão distorcida da realidade, que atribui maior valor aos trabalhos “intelectuais” do que aos trabalhos ditos “manuais”, e que essa distorção, enraizada na cultura nacional, reforça e legitima as desigualdades. Com isso, valorizar a carreira técnica no âmbito escolar tem um carácter libertador, uma proposta que desobriga a formação posterior em engenharia ou arquitetura para ser “alguém”, pois, na perspectiva proposta, o técnico já é “alguém”, deixando apenas àqueles que realmente querem prosseguir nos estudos ditos acadêmicos que o façam por vontade, e não por obrigação.

A história do curso Técnico de Pelotas nos mostra, com evidências documentais, de que havia ações de valorização da carreira técnica no ambiente escolar. Atualmente, valorizar as carreiras técnicas de nível médio constitui um desafio, um resgate histórico e uma dignificação de todos aqueles que dedicaram as suas vidas e as suas



carreiras para construir a atual Rede Federal: docentes, servidores e estudantes que nos legaram essa grandiosa Instituição. Para isso, é preciso ter o pensamento com o tamanho da nossa Rede, e a ação com a força da nossa história.

4. REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Decreto nº 23.569, de 11 de dezembro de 1933**. Regula o exercício das profissões de engenheiro, de arquiteto e de agrimensor. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1933.
- BRASIL. **Lei nº 5.524, de 5 de novembro de 1968**. Dispõe sobre o exercício da profissão de Técnico Industrial de nível médio. Brasília: Presidência da República, 1968.
- BRASIL. **Decreto nº 90.922, de 6 de fevereiro de 1985**. Regulamenta a Lei nº 5.524, de 5 NOV 1968, que "dispõe sobre o exercício da profissão de técnico industrial e técnico agrícola de nível médio ou de 2º grau.". Brasília: Presidência da República, 1968.
- BRASIL. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências.. Brasília: Presidência da República, 2010.
- BRASIL. **Lei nº 13.639, de 26 de março de 2018**. Cria o Conselho Federal dos Técnicos Industriais, o Conselho Federal dos Técnicos Agrícolas, os Conselhos Regionais dos Técnicos Industriais e os Conselhos Regionais dos Técnicos Agrícolas. Brasília: Presidência da República, 2018.
- BRASIL. **Expansão da Rede Federal**. Brasília: Portal do MEC, 2020. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec-programas-e-aco-es/expansao-da-rede-federal>. Acesso em: 7 dez. 2021.
- CASTRO, E. **Vocabulário de Foucault**: um percurso pelos seus temas, conceitos e autores. Tradução de Ingrid Müller Xavier. Revisão técnica de Alíredo Veiga-Neto e Walter Omar Kohan. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.
- CBIC **Habitação 10 Anos no futuro**: onde estamos e para onde podemos ir. Oficinas CBIC/SENAI de Pensamento de Futuro. Relatório final. Disponível em https://cbic.org.br/wp-content/uploads/2018/05/CBIC-Habitacao_Rlatorio_Final.pdf. Acesso em: 20 set. 2022.
- CFT. **CFT firma acordo de cooperação técnica com o SENAI**. Portal institucional do Conselho Federal dos Técnicos Industriais. Brasília: Conselho Federal dos Técnicos Industriais, 2020. Disponível em: <https://www.cft.org.br/cft-firma-acordo-de-cooperacao-tecnica-com-o-senai/>. Acesso em: 7 dez. 2021.
- FOUCAULT, M. Os Intelectuais e o Poder. In: FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. 22. Ed. Rio de Janeiro: Editora Graal, 2006a. p. 41-45.
- FOUCAULT, M. Genealogia e Poder. In: FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. 22. Ed. Rio de Janeiro: Editora Graal, 2006b. p. 94-99.



FOUCAULT, M. Gerir os ilegalismos. In: POL-DROIT, R. **Michel Foucault**: entrevistas. São Paulo: Graal, 2006c. p. 41-52.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. 7. Ed. Rio de Janeiro. Editora Forense Universitária, 2008.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 24. Ed. São Paulo. Edições Loyola, 2014.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir**: nascimento da prisão. 42. Ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2014b.

IFSUL. **Portal Institucional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense**. Pelotas: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense, 2022. Disponível em <http://www.IFSul.edu.br/historico>. Acesso em: 3 nov. 2022.

MORAES, G. H. **Identidade de Escola Técnica vs. Vontade de Universidade**: a Formação da Identidade dos Institutos Federais. 2016. 356 f. Tese (Programa de Pós-graduação em Educação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

PARETO JR., L. “Pândegos, rábulas, gamelas”: conflitos da formação do campo da engenharia e da arquitetura em São Paulo, 1890-1960. **Revista Brasileira de História da Ciência**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 114-140, jan./jun. 2018.

PNP. **Guia de Referência Metodológica**. Brasília: Plataforma Nilo Peçanha, 2020.

TELECHI, D. dos S. **Técnico em Edificações**: valorização profissional em tempos de mudança, o papel da escola. 2022. 168 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação e Tecnologia) – Instituto Federal de Educação, Ciência e tecnologia Sul-rio-grandense, Pelotas, 2022.

VEIGA-NETO, A. **Foucault & a Educação**. 3. ed. 3. reimp. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017. Coleção Pensadores & Educação.

Submetido em: **03/04/2023**

Aceito em: **28/05/2024**